



Prefeitura de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

Revogado pelo Decreto nº 3.227, de 14 de junho de 2021.

DECRETO N° 3.100, DE 14 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre as normas de observância obrigatória para funcionamento das atividades empresariais e produtivas em razão da pandemia da COVID-19 e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MARMELEIRO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO as razões expostas no preâmbulo dos Decretos nº 3.089 e 3.090, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO as medidas já estabelecidas pelos Decretos Municipais nº 3.088, 3.089, 3.092 e 3.093 de 2020;

CONSIDERANDO a disposição do art. 30, I da Constituição Federal, que prevê a competência dos Municípios para “legislar sobre assuntos de interesse local”;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica do Município até o presente momento, conforme Boletim do Departamento Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO o requerimento público e notório da classe empresarial, profissionais autônomos e trabalhadores quanto à possibilidade de trabalho com medidas restritivas, para fins de manutenção da condição econômica financeira;

CONSIDERANDO o art. 11 da Portaria MS/GM nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe que as condições para a realização das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública estão previstas no Boletim Epidemiológico e Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto nos Boletins Epidemiológicos nº 07 e 08, do Ministério da Saúde, que possibilitam a adoção de medidas de Distanciamento Social Seletivo (DSS) para os Municípios que atendam aos critérios ali estabelecidos;



Prefeitura de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

CONSIDERANDO que a complexidade do momento atual, nunca antes vivenciado na história do Município, demanda esforço conjunto do Poder Público e da iniciativa privada na gestão e adoção das medidas necessárias aos riscos que a situação demanda e o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

CONSIDERANDO que além das medidas tendentes à proteção da saúde da população, o Poder Público não pode se distanciar da prudência no regular funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, a fim de evitar o colapso econômico-social;

CONSIDERANDO que na classificação das atividades comerciais e de serviços por ramo de atividade, a maioria dos cadastros ativos da Divisão de Cadastro e Tributação pertence ao grupo das atividades essenciais relacionadas no Decreto Estadual nº 4.317, de 21 de março de 2020;

CONSIDERANDO as razões expostas no Ofício nº 50/2020, dirigido à Promotoria de Justiça da Comarca de Marmeleiro,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a prática do distanciamento social seletivo (DSS) como forma de evitar a transmissão comunitária da COVID-19 e proporcionar o achatamento da curva de proliferação do vírus no âmbito do Município.

§1º Para os fins do disposto no *caput* deste artigo, devem permanecer em isolamento residencial, ressalvadas situações excepcionais, que demandem extrema necessidade e que não possam ser realizadas por terceiras pessoas:

I – pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

II – crianças (0 a 12 anos);

III – pessoas com imunodepressão, independentemente, da idade;

IV – pessoas com doença respiratória crônica, pneumopatias graves ou descompensados (asma em uso de corticoide inalatório ou sistêmico (moderada ou grave), doença pulmonar obstrutiva crônica – DPOC, bronquiectasia, fibrose cística, doenças intersticiais do pulmão, displasia broncopulmonar, hipertensão arterial pulmonar e crianças com doença pulmonar crônica da prematuridade);

V – pessoas com doença cardíaca crônica, cardiopatias graves ou descompensados (doença cardíaca congênita, hipertensão arterial de difícil controle, de estágios 3 e 4, fibrilação atrial crônica, cardiopatia isquêmica e insuficiência cardíaca);

VI – pessoas com doenças renais crônicas em estágio avançado (graus 3, 4 e 5), síndrome nefrótica e paciente em diálise;

VII – pessoas com hepatopatias graves;

VIII – pessoas com diabetes mellitus, conforme juízo clínico;



Prefeitura de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

IX – pessoas com doenças cromossômicas com estado de fragilidade imunológica;

X – gestantes de alto risco.

§2º Fica estabelecido, em todo o território do Município e com o fim de evitar a transmissão comunitária da COVID-19, a necessidade de uso massivo de máscaras, em especial por pessoas assintomáticas, para transitar nos locais públicos e coletivos e desempenhar as atividades laborativas, públicas e privadas.

Art. 2º A adoção de medidas previstas neste Decreto deverá ser considerada pela iniciativa privada em regime de colaboração no enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da infecção humana pelo COVID-19, bem como, poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

CAPÍTULO I DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Art. 3º Como medida de mitigação dos potenciais efeitos econômicos e financeiros decorrentes da pandemia da COVID-19, fica autorizado, **a partir de 15 de abril de 2020**, o funcionamento dos serviços e atividades essenciais e não essenciais, observadas as condições estabelecidas neste Decreto.

Parágrafo único. O funcionamento de que trata o *caput* deste artigo é facultativo e condicionado à observação rigorosa dos protocolos e das recomendações sanitárias determinadas pela Autoridade Sanitária Municipal, em consonância com as normativas expedidas pela Secretaria de Estado de Saúde – SESA e pelo Ministério da Saúde para prevenção da transmissão e infecção do COVID-19, no que for compatível.

Art. 4º Consideram-se serviços e atividades essenciais os destinados ao atendimento das necessidades indispensáveis ou inadiáveis da população, elencados no Decreto nacional nº 10.282, de 20 de março de 2020 e no Decreto Estadual nº 4.317, de 21 de março de 2020, bem como em suas alterações futuras, destacando-se os seguintes no âmbito do Município:

- I – captação, tratamento e distribuição de água;
- II – assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares, odontológica emergencial e demais serviços de saúde;
- III – assistência veterinária, incluídos os cuidados com animais em cativeiro;
- IV – produção, distribuição e comercialização de medicamentos para uso humano e veterinário e produtos odonto-médico-hospitalares, inclusive na modalidade de entrega *delivery* e similares;
- V – produção, distribuição e comercialização de alimentos e bebidas para uso humano e veterinário, inclusive na modalidade de entrega e similares, ainda que localizados em rodovias;
- VI – agropecuários para manter o abastecimento de insumos, medicamentos e alimentos necessários à manutenção da vida animal;



Prefeitura de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

- VII – serviços funerários;
- VIII – transporte coletivo (intermunicipal e interestadual), inclusive serviços de táxi, aplicativos e transporte remunerado privado individual de passageiros;
- IX – fretamento para transporte de funcionários de empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada ao funcionamento;
- X – transporte de profissionais da saúde e de coleta de lixo;
- XI – captação e tratamento de esgoto e lixo;
- XII – telecomunicações e *Internet*;
- XIII – serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados ligados a serviços essenciais;
- XIV – imprensa;
- XV – segurança pública e privada, incluída a vigilância;
- XVI – transporte e entrega de cargas em geral;
- XVII – serviço postal e correio;
- XVIII – serviços de pagamento, de crédito e de saque e aporte prestados pelas instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil, inclusive unidades lotéricas;
- XIX – setores industrial e da construção civil, em geral;
- XX – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluído o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia, além de produção, transporte e distribuição de gás natural;
- XXI – iluminação pública;
- XXII – produção, distribuição e comercialização de combustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo;
- XXIII – vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;
- XXIV – prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doença dos animais;
- XXV – inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;
- XXVI – vigilância agropecuária;
- XXVII – distribuição de numerário à população e manutenção da infraestrutura tecnológica do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro;
- XXVIII – serviços de manutenção, assistência e comercialização de peças de veículo automotor terrestre ou bicicleta;
- XXIX – serviços de crédito e renegociação de crédito dos agentes financeiros integrantes do Sistema Paranaense de Fomento de que trata o Decreto nº 2.570, de 08 de outubro de 2015, alterado pelo Decreto nº 2.855, de 24 de setembro de 2019;
- XXX – fiscalização tributária, ambiental e do trabalho;
- XXXI – atividades de representação judicial e extrajudicial, assessoria e consultoria jurídicas exercidas pelas advocacias públicas, relacionadas à prestação regular e tempestiva dos serviços públicos;



Prefeitura de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

XXXII – atividades religiosas de qualquer natureza, realizadas por meio de aconselhamento individual;

XXXIII – produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene pessoal e de ambientes;

XXXIV – serviços de lavanderia hospitalar e industrial;

XXXV – atividades de defesa civil;

XXXVI – mercado de capitais e seguros;

XXXVII – assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade e atividades do Conselho Tutelar.

Parágrafo único. Também são consideradas essenciais as atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à cadeia produtiva relativa ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais, sendo recomendável, neste caso, a consulta ao Setor de Fiscalização em caso de dúvida para não incorrer em erro.

CAPÍTULO II

DAS NORMAS OBRIGATÓRIAS A TODAS AS ATIVIDADES E SERVIÇOS

Art. 5º As atividades empresariais e produtivas autorizadas ao funcionamento poderão ser desenvolvidas diariamente, no horário das **6h às 23h**. [\(Alterado pelo Decreto nº 3.137, de 18 de setembro de 2020\)](#)

§1º Não estão sujeitos à limitação de horário estabelecida no caput deste artigo:

I – os postos de combustíveis, farmácias e serviços de saúde, distribuidoras de água e gás e serviços funerários;

II – as indústrias com linhas de produção e facções, que poderão estabelecer horário diferenciado de funcionamento, desde que para viabilizar o trabalho em escala de revezamento, de forma a evitar a concentração de trabalhadores, o qual deverá ser aprovado pela Vigilância Sanitária do Município.

§2º Para toda e qualquer atividade fica autorizado o funcionamento via entrega (delivery), independentemente do horário ou dia da semana, mediante a adoção de medidas de prevenção de enfrentamento da COVID-19.

Art. 6º Todos os estabelecimentos em atividade deverão observar, além dos protocolos e recomendações sanitárias para cada atividade específica, as seguintes medidas:

I – disponibilizar um funcionário ou colaborador para controle do ingresso dos usuários e clientes no estabelecimento, orientado a desinfecção das mãos, uso de máscara e o controle de lotação, nos termos deste Decreto;

II – estabelecer horários fixos ou setores exclusivos para atendimento das pessoas enquadradas como grupo de risco;



Prefeitura de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

III – reduzir sua capacidade de operação, estabelecer escala de horários, ou rotinas de atendimento para evitar a aglomeração de pessoas, clientes ou trabalhadores;

IV – adotar medidas de espaçamento entre os clientes observando a distância mínima de 2,0m (dois metros), inclusive nas filas, limitando-se o acesso de pessoas a no máximo 01 (uma) pessoa para cada 5,00m² (cinco metros quadrados) de área interna destinada ao atendimento ao público;

V – organizar os postos de trabalho com distância mínima de 2,0m (dois metros), além de reduzir a quantidade de pessoas no interior do estabelecimento;

VI – disponibilizar, permanentemente, recipiente contendo álcool em gel a 70%, para uso dos consumidores e trabalhadores, em quantidade proporcional ao fluxo de pessoas, em local de fácil acesso e com sinalização indicativa;

VII – disponibilizar pia para higienização das mãos dos trabalhadores, garantida de material de limpeza e higiene (sabonete, sabão, papel toalha, etc.) e, quando possível, aos clientes;

VIII – manter o ambiente aberto e arejado;

IX – priorizar os meios de pagamento eletrônicos, evitando circulação de cédulas de dinheiro e mantendo higienizados os mecanismos de pagamento;

X – adotar práticas de atendimentos não presenciais ou para retirada na porta do estabelecimento ou entrega em casa (*delivery*), inclusive quanto ao pagamento fora do interior do estabelecimento;

XI – realizar a higienização dos locais de trabalho/atendimento de forma contínua, e se possível, com utilização de produtos de limpeza recomendados pelos órgãos de saúde (hipoclorito e outros), realizando a desinfecção de superfícies fixas, áreas comuns e estruturas que são frequentemente manipuladas (balcões, mesas, poltronas/cadeiras, portas giratórias e de vidro, caixas eletrônicos, catraca, cartão de visitante, ponto eletrônico, máquinas de cartão de crédito/débito, maçanetas, torneiras, porta-papel toalha, dispensador de sabão líquido/álcool gel, corrimões, painéis de elevadores, telefones) e demais artigos e equipamentos que possam ser de uso compartilhado e/ou coletivo;

XII – retirar ou lacrar, de maneira que impossibilite o uso, os bebedouros que propiciam proximidade entre a boca e o dispensador da água;

XIII – disponibilizar máscara para uso dos clientes como condição para acesso e permanência no estabelecimento comercial;

XIV – utilizar, se necessário, senhas ou outro sistema eficaz para evitar a aglomeração de pessoas dentro do estabelecimento aguardando atendimento;

XV – organizar, sob responsabilidade do estabelecimento, filas dentro e fora do ambiente comercial, mantendo-se distância mínima de 2,0m (dois metros) entre os clientes;

XVI – disponibilizar aos trabalhadores/funcionários treinamentos que possam contribuir para as medidas de prevenção, tais como higienização das mãos, uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), os EPIs necessários para prevenção do contágio da COVID-19, essencialmente para aqueles que têm atividades de atendimento à população,



Prefeitura de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

orientando-os a manter a distância de 2,00 (dois metros) dos clientes sempre que possível;

XVII – disponibilizar, na entrada do estabelecimento, tapete sanitizante para a desinfecção de calçados com hipoclorito de sódio (água sanitária), com troca a cada 02 (duas) horas, ou em momento anterior, se estiver seco.

§1º As orientações de espaçamento entre os clientes e colaboradores devem estar sinalizadas em cartazes na entrada do estabelecimento, nos caixas e outros locais de comum aglomeração, e demarcados no piso os locais para permanência nas filas de entrada do estabelecimento e atendimento do caixa.

§2º A Vigilância Sanitária poderá restringir a capacidade de público de acordo com observações técnicas e avaliação *in loco*, nos limites de 20% a 50% da capacidade de lotação fixada pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 7º Todos os estabelecimentos em funcionamento deverão observar o Manual para a Limpeza e Desinfecção de Superfícies da ANVISA, especialmente, as técnicas de varredura úmida para os pisos, ensaboar, enxaguar e secar, utilizando desinfetantes com potencial para limpeza de superfícies incluem aqueles à base de cloro, álcoois, alguns fenóis e iodóforos e o quaternário de amônio.

Parágrafo único. Não deve ser realizada a varredura a seco pelo favorecimento da dispersão de microrganismos que são veiculados pelas partículas de pó.

Art. 8º Em relação aos trabalhadores deverá ser observado o seguinte:

I – adotar medidas de controle dos colaboradores, quanto à identificação e segregação daqueles que apresentarem sintomas de síndromes gripais, de COVID-19 ou que relatarem e comprovarem contágio, informando imediatamente as autoridades sanitárias sobre a identificação do trabalhador e medidas adotadas;

II – priorizar o teletrabalho aos trabalhadores identificados como do grupo de risco e atividades administrativas;

III – disponibilizar máscaras para uso dos trabalhadores e colaboradores durante as atividades produtivas, com ou sem atendimento ao público.

§1º A dispensa dos trabalhadores e colaboradores com sintomas de síndromes gripais é obrigatória, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Decreto e suspensão cautelar do funcionamento.

§2º Havendo confirmação de casos de COVID-19 entre a direção, funcionários ou colaboradores, poderá ser determinada a interdição cautelar do estabelecimento, pelo período de 7 a 14 dias, conforme avaliação da Vigilância em Saúde, a fim de conter a disseminação da doença. [Inserido pelo Decreto nº 3.118, de 15 de junho de 2020](#)

§3º A Vigilância em Saúde poderá exigir a apresentação e execução de Plano de Contingência para a manutenção ou retorno das atividades nos estabelecimentos em que houver a confirmação de casos de COVID-19. [Inserido pelo Decreto nº 3.118, de 15 de junho de 2020](#)



Prefeitura de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

Art. 9º Os estabelecimentos que realizem atendimento ao público no local também deverão encaminhar no e-mail formulario@marmeleiro.pr.gov.br, Termo de Compromisso e Responsabilidade, conforme modelo constante no Anexo Único, assinado pelo responsável legal, no qual se comprometem a observar as condicionantes de funcionamento estabelecidas neste Decreto.

Parágrafo único. Como medida educativa, será publicada diariamente no *site* oficial do Município e nas redes sociais oficiais, a relação de empresas que assinaram o termo de compromisso para conhecimento e fiscalização por parte da população, sem prejuízo da suspensão das atividades e demais sanções aplicáveis.

Art. 10. Os estabelecimentos que comercializam produtos essenciais devem limitar a venda de mercadorias e medicamentos de forma a impedir a formação de estoque por parte do consumidor e o desabastecimento, sob pena de aplicação de multa por infração ao disposto neste Decreto.

CAPÍTULO III DAS NORMAS ADICIONAIS CONFORME O RAMO DA ATIVIDADE

Seção I Dos bares, lanchonetes, restaurantes e congêneres

Art. 11. As lanchonetes, restaurantes e congêneres deverão manter atividades exclusivamente para fornecimento de alimentos e bebidas, não se admitindo a prática de jogos com objetos compartilhados ou atividades que propiciem aglomeração de pessoas, devendo ser observado, ainda, o seguinte: [\(Alterado pelo Decreto nº 3.137, de 18 de setembro de 2020\)](#)

I – Deverá ser priorizada a entrega de marmitas através de serviços de entrega a domicílio ou retirada pelo consumidor no local;

II – As mesas ocupadas deverão ter distância mínima de 2,00 uma da outra e não poderão conter mais do que quatro pessoas, exceto pessoas que convivem na mesma família e residência;

III – deverão ser adotados mecanismos para que os consumidores não tenham contato com talheres para servir ou alimentos disponibilizados para consumo; [\(Alterado pelo Decreto nº 3.110, de 19 de maio de 2020\)](#)

IV – lotação máxima de 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público do local fixada pelo Corpo de Bombeiros;

V – os clientes deverão utilizar máscara para entrar no estabelecimento, devendo retirá-la apenas no momento da refeição, colocando-a novamente após o término; [\(Inserido pelo Decreto nº 3.108, de 12 de maio de 2020\)](#)

VI – dispor os talheres embalados individualmente, mantendo os pratos e demais utensílios protegidos. [\(Inserido pelo Decreto nº 3.108, de 12 de maio de 2020\)](#)

§1º A limitação de horário prevista no *caput* não se aplica às atividades de entrega a domicílio (*delivery*).



Prefeitura de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

§2º Em razão do disposto no inciso III do *caput* deste artigo, para o atendimento no local recomendam-se as opções *à la carte* ou pratos feitos. [\(Alterado pelo Decreto nº 3.108, de 12 de maio de 2020\)](#)

§3º Caso disponibilizados alimentos em *buffet*, deverão ser observados os seguintes cuidados: [\(Alterado pelo Decreto nº 3.110, de 19 de maio de 2020\)](#)

I – manter fila de acesso ao *buffet* com espaçamento de 2,00 metros entre cada cliente, demarcando a localização no piso;

II – os equipamentos de *buffet* devem dispor de anteparo salivar de modo a prevenir a contaminação dos alimentos em decorrência da proximidade ou da ação do consumidor, dos trabalhadores e de outras fontes;

III – disponibilizar no local onde ficam os talheres e pratos, dispensadores de álcool a 70% e luvas descartáveis;

IV – orientar os clientes que ao se dirigirem ao *buffet* deverão espalhar o álcool a 70% em toda a superfície das mãos, friccionar por 20 segundos, calçar as luvas descartáveis para então começar a servir-se;

V – permitir o acesso ao *buffet* somente com máscara e o manuseio dos pratos e talheres de servir apenas com as luvas;

VI – manter no início da fila de acesso ao *buffet* um funcionário para orientar os clientes sobre as condutas de higiene descritas neste parágrafo.

§4º Alternativamente ao disposto no §3º deste artigo, poderá ser delimitada uma faixa de distanciamento de no mínimo 1,00m (um metro) entre a fila de clientes e o *buffet* para não permitir a proximidade dos clientes com os alimentos, e dispor de funcionário, devidamente equipado, para entregar e servir os pratos. [\(Inserido pelo Decreto nº 3.110, de 19 de maio de 2020\)](#)

Art. 12. Os bares deverão manter apenas atividades de comercialização de alimentos e bebidas, não sendo permitidas aglomerações e nem a prática de jogos com cartas, sinucas e outros com objetos compartilhados. [\(Alterado pelo Decreto nº 3.137, de 18 de setembro de 2020\)](#)

Parágrafo único. Deverão ser observadas, ainda, as normas sanitárias previstas no art. 11, no que couber.

Seção II

Das mercearias, lojas de conveniência, mercados, supermercados, açougues, padarias e afins

Art. 13. As mercearias, lojas de conveniência, mercados, supermercados, açougues, padarias e pequenos estabelecimentos de comércio de alimentos para necessidade básica, devem: [\(Alterado pelo Decreto nº 3.137, de 18 de setembro de 2020\)](#)

I – limitar a venda de mercadorias de forma a impedir a formação de estoque por parte do consumidor;

II – manter uma ocupação máxima indicativa de uma pessoa para cada 5m² (cinco metros quadrados) da área de vendas;



Prefeitura de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

III – organizar, sob responsabilidade do estabelecimento, filas dentro e fora do ambiente comercial, mantendo-se distância mínima de 2,0m (dois metros) entre os clientes na forma do parágrafo único do art. 1º;

IV – os caixas deverão funcionar de forma intercalada;

V – os funcionários dos estabelecimentos que realizarem atendimento direto aos clientes deverão trabalhar utilizando equipamentos de segurança (máscaras);

VI – os funcionários dos estabelecimentos que manusearem produtos *in natura*, deverão fazê-lo com o uso de luvas;

VII – os carrinhos de compras deverão ser desinfetados com álcool líquido 70%, hipoclorito de sódio ou outro produto de igual eficácia, após cada utilização.

Parágrafo único. Fica recomendado a todos os estabelecimentos de que trata o caput deste artigo que restrinjam a entrada de menores de 12 (doze) anos completos, bem como orientem para a entrada de apenas uma pessoa do grupo familiar, a fim de evitar aglomerações ([Redação inserida pelo Decreto nº 3.221, de 28 de maio de 2021](#))

Art. 14. Os estabelecimentos relacionados nesta Seção poderão servir alimentos e bebidas aos clientes nos espaços que possuem para este fim, desde que observadas as normas sanitárias previstas no art. 11, no que couber. ([Alterado pelo Decreto nº 3.137, de 18 de setembro de 2020](#))

Seção III Das Clínicas e Serviços de Saúde

Art. 15. As clínicas e serviços de saúde deverão funcionar com atendimentos individualizados e pré-agendados, a fim de evitar qualquer tipo de aglomeração nas salas de espera, com a devida assepsia dos aparelhos e do local.

§1º Recomenda-se que neste período de pandemia seja priorizado o funcionamento dos serviços voltados para a urgência e emergência.

§2º As consultas médicas e procedimentos cirúrgicos devem ser realizados conforme ponderação de risco e benefício clínico do procedimento, com o objetivo de não causar malefício ao paciente, respeitando os artigos 1º, 18º e 21º do Capítulo III do Código e Ética Médica.

Seção IV Das academias, clínicas de pilates e congêneres

Art. 16. As academias de ginástica, musculação, artes marciais, clínicas de pilates e congêneres poderão funcionar observando as seguintes disposições:

I – priorizar os atendimentos individualizados ou personalizados;

II – nos espaços de atendimento coletivo, permitir aos alunos apenas as atividades físicas com uso de aparelhos e equipamentos, observados os critérios do Capítulo II, deste Decreto, no que couber;



Prefeitura de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

III – realizar de forma intermitente a assepsia dos aparelhos e do local, na forma preconizada para a prevenção da COVID-19.

§1º A limpeza e desinfecção dos aparelhos e equipamentos deverá ser realizada por funcionário do estabelecimento, devidamente protegido com luvas e máscaras, com álcool líquido a 70%, hipoclorito de sódio ou outro produto de igual eficácia recomendado pelo Ministério da Saúde.

§2º Para todas as atividades físicas permitidas deve ser observada a distância mínima de 2,00m (dois metros) entre instrutores e alunos, bem como o uso de máscaras.

§3º Nas academias de artes marciais, de ginástica, *crossfit* ou outras práticas desportivas análogas, não poderão ser realizadas aulas e atividades coletivas que propiciem o contato entre os alunos ou destes com os professores. [\(Alterado pelo Decreto nº 3.108, de 12 de maio de 2020\)](#)

§4º Fica proibido o acesso das pessoas do grupo de risco nos estabelecimentos mencionados no caput deste artigo, exceto por recomendação médica e mediante atendimento individual e personalizado, previamente agendado.

Seção V

Dos prestadores de serviço e estabelecimentos bancários

Art. 17. Os prestadores de serviço privados essenciais devem priorizar o atendimento por telefone, aplicativos de comunicação instantânea ou e-mail, agendando o atendimento presencial individual dos clientes a fim de evitar a aglomeração de pessoas na sala de espera.

Art. 18. Os prestadores de serviço privados não essenciais, além de priorizar o atendimento por telefone, aplicativos de comunicação instantânea ou e-mail, somente poderão realizar o atendimento presencial com hora marcada, um cliente por vez, a fim de evitar aglomerações.

Art. 19. Os salões de beleza, centros de estética, barbearias, cabeleireiros e demais prestações de serviço congêneres que demandem o contato humano somente poderão atender com prévio agendamento, 01 (um) indivíduo para cada profissional, exigindo-se, ainda, a implementação de medidas de desinfecção das cadeiras e equipamentos entre cada atendimento, sendo obrigatório o uso de máscaras, toucas e luvas pelos profissionais.

Art. 20. Os prestadores de serviços de transporte remunerado de passageiros, individual ou coletivo, privado ou público, deverão:

I – realizar a limpeza frequente dos pontos de contato com as mãos dos usuários, como painel, maçanetas, bancos, pega-mão, puxadores, cinto de segurança e fivelas e etc., com álcool líquido a 70%, hipoclorito de sódio ou outro produto de igual eficácia recomendado pelo Ministério da Saúde;

II – circular sempre com as janelas abertas;

III – disponibilizar álcool em gel a 70% (setenta por cento) aos usuários;



Prefeitura de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

IV – uso permanente de máscara por parte dos motoristas e cobradores.

Art. 21. As agências bancárias, lotéricas, instituições financeiras e outras supervisionadas pelo Banco Central do Brasil devem priorizar o atendimento por telefone, aplicativos de comunicação instantânea ou e-mail, além de organizar o atendimento presencial a fim de evitar aglomerações, dando preferência ao atendimento por meio de caixas eletrônicos.

Parágrafo único. Os teclados de caixas eletrônicos, corrimões e puxadores de portas deverão ser desinfetados a cada 10 minutos, com álcool líquido a 70%, hipoclorito de sódio ou outro produto de igual eficácia recomendado pelo Ministério da Saúde.

Seção VI Do Comércio de produtos não essenciais

Art. 22. O comércio de produtos não essenciais deve priorizar a venda pela Internet, telefone ou aplicativos, com entrega direta ao consumidor, sendo permitido o atendimento presencial ao público nos horários estabelecidos no art. 5º. [\(Alterado pelo Decreto nº 3.104, de 04 de maio de 2020\)](#)

Parágrafo único. As empresas que trabalham com envio de produtos em regime popularmente conhecido como “condicional”, especialmente comércio de roupas e confecções, deverão observar, quando da devolução dos objetos não adquiridos, a higienização dos calçados e acessórios e a quarentena por pelo menos 72h dos objetos, sem o seu compartilhamento em vitrine, ou novo encaminhamento para outro consumidor.

Seção VII Das demais atividades

Art. 23. Os hotéis, motéis, pousadas e afins, devem solicitar informações do hóspede quanto à existência de possíveis sintomas de doenças respiratórias, anotar as respostas na ficha ou cadastro de entrada do hóspede, com todos os seus dados essenciais, cuja cópia deverá ser encaminhada para a Vigilância Epidemiológica do Município, conforme e-mail ou outra forma disponibilizada por este órgão. [\(Alterado pelo Decreto nº 3.137, de 18 de setembro de 2020\)](#)

Art. 24. As feiras de produtores e o comércio ambulante ao ar livre poderão realizar suas atividades, desde que observadas as normas do Capítulo II deste Decreto, no que couber.

Art. 25. As obras de construção civil deverão adotar todas as medidas estabelecidas pelas autoridades de saúde para prevenção ao contágio e contenção da propagação de infecção viral relativa ao novo Coronavírus (SARS-Cov-2), especialmente quanto à distância entre os trabalhadores e assepsia das mãos, não podendo ser utilizado refeitório e alojamento coletivo, se existente.



Prefeitura de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

CAPITULO IV DAS PENALIDADES E INFRAÇÕES

Art. 26. O desatendimento ou a tentativa de burla às medidas estabelecidas neste Decreto caracterizará infração à legislação municipal e sujeitará o infrator às penalidades e sanções aplicáveis e, no que couber, multa, cassação de licença de funcionamento, interdição temporária e fechamento cautelar compulsório do estabelecimento.

Parágrafo único. O descumprimento das determinações constantes neste Decreto, poderá ensejar crime de desobediência (art. 330, Código Penal) ou ainda contra a saúde pública (art. 268, Código Penal), além das demais sanções administrativas cabíveis.

Art. 27. Inexistindo penalidade específica para o descumprimento das medidas de que trata o presente Decreto, fica estabelecido, a título de multa, o valor entre R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com a gravidade da infração a ser fixada pela autoridade sanitária do Município, a ser imposta à pessoa jurídica e ao responsável legal pelo estabelecimento.

§1º No caso de reincidência, o valor da multa será dobrado.

§2º O valor arrecadado a título de multa, deverá ser revertido em favor do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 28. Para fins de fixação das penalidades a ser imposta à pessoa jurídica e ao responsável legal pelo estabelecimento, serão considerados os seguintes elementos pela autoridade sanitária, cumulativamente:

- I – as dimensões do estabelecimento;
- II – o grau de culpa do representante legal ou responsável pelo controle das atividades;
- III – a atividade desenvolvida;
- IV – o volume de pessoas aglomeradas ou potencialmente aglomeradas no local;
- V – o grau de dano ou risco à saúde pública;
- VI – as condições de higiene e os cuidados eventualmente adotados;
- VII – a razoabilidade e a proporcionalidade.

Art. 29. As infrações autuadas pelo disposto neste Decreto serão processadas e julgadas pelas autoridades sanitárias das ações de controle e prevenção da Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador, utilizando-se o rito processual previsto no Código de Saúde do Estado do Paraná, e subsidiariamente e no que couber, o disposto na Lei Municipal nº 2.463, de 23 de março de 2017.

Art. 30. A fiscalização das medidas estabelecidas neste Decreto será realizada pelos servidores lotados e designados para a Divisão de Vigilância em



Prefeitura de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

Saúde, Fiscal Tributário, Fiscal de Obras, Defesa Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

Art. 31. Fica determinado o remanejamento de todos os servidores investidos nas atribuições de fiscalização do Município para executarem suas atividades a serviço do Departamento Municipal de Saúde na fiscalização e apoio às atividades de prevenção da COVID-19.

Art. 32. As denúncias sobre o descumprimento das regras estabelecidas neste decreto, deverão ser apresentadas no Plantão 190 da Polícia Militar ou no Disk Denúncia Coronavírus, no telefone (46) 99112-4738, através de ligações e mensagens via aplicativo WhatsApp.

Art. 33. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 34. Ficam revogados:

I – Os arts. 2º a 10, e art. 12, do Decreto nº 3.093, de 29 de março de 2020;

II – O Decreto nº 3.095, de 01 de abril de 2020.

Art. 35. Este Decreto entra em vigor no dia seguinte ao de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei nacional nº 13.979, de 2020.

Gabinete do Prefeito de Marmeleiro, Estado do Paraná, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte.

JAIMIR DARCI GOMES DA ROSA
Prefeito de Marmeleiro



Prefeitura de Marmeleiro
Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº 3.100, DE 14 DE ABRIL DE 2020

TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE PARA FUNCIONAMENTO

Eu,,
portador do RG nº e CPF nº,
responsável legal pelo estabelecimento denominado,
que atua no ramo de, como
condição de funcionamento e atendimento presencial ao público durante a vigência
das medidas restritivas estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 3.100, de 14 de abril
de 2020, **DECLARO** que comprometo-me a observar as condicionantes de
funcionamento e os protocolos e das recomendações sanitárias determinadas pela
Autoridade Sanitária Municipal, em consonância com as normativas expedidas pela
Secretaria de Estado de Saúde – SESA e pelo Ministério da Saúde para prevenção
da transmissão e infecção do COVID-19, no que for compatível à atividade do meu
estabelecimento.

E por ser a expressão da verdade, assino o presente termo, ciente de que o
descumprimento das condicionantes poderá ensejar a cassação da licença de
funcionamento e interdição temporária, além da responsabilização por crime de
desobediência (art. 330, Código Penal) e contra a saúde pública (art. 268, Código
Penal).

Marmeleiro, de de 2020.

.....
Assinatura do Representante Legal